

A Europa no mundo

Augusto Santos Silva

As vantagens europeias...

A União Europeia apresenta muitas vantagens em comparação com outros atores internacionais, como os Estados Unidos, a China, a Rússia, o Japão ou a Índia. A sua economia é a que melhor se inscreve na cena global, pela abertura ao comércio, a dimensão do mercado, o volume da riqueza produzida e a repartição *per capita*. Tudo isto permite mitigar o atraso de que sofre face aos Estados Unidos – e começa a sentir em relação à China -, em investigação, tecnologia e inovação. O modelo social que lhe é característico, com uma forte proteção do trabalho, a valorização institucional do sindicalismo e uma real componente redistributiva, além da identificação das falhas de mercado e da necessidade dos serviços públicos, impõe uma certa regulação da globalização. O mesmo faz o padrão de exigência que segue em matéria de preservação ambiental, segurança alimentar, defesa dos consumidores ou contestação do *dumping* social.

A União Europeia é a região do mundo onde se regista uma maior aproximação, ou menor distância, entre os interesses prosseguidos e os valores proclamados. Isso dá-lhe uma autoridade moral e uma influência normativa bem superiores às de outros protagonistas. Várias das agendas multilaterais mais prementes – como a Agenda do Clima ou os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – retiram parte crucial da sua força da liderança europeia. A UE é o maior doador de ajuda ao desenvolvimento e o maior provedor de ajuda humanitária. Relaciona-se com todos os espaços mundiais, mantendo formatos regulares de cooperação com países e entidades regionais em todos os continentes. As dinâmicas de aproximação e integração que põe em prática, da união

monetária a Schengen, da política comum de segurança e defesa ao Erasmus, do pilar dos direitos sociais aos programas de ciência, da política agrícola comum à política de coesão, constituem modelos de referência planetária. E, sobretudo, sete décadas de paz ininterrupta comprovam a justeza da visão e propósitos dos seus pais fundadores.

...E o risco de isolamento

Então porquê esta inquietação que nos impele a refletir sobre o futuro da UE num mundo globalizado? Porque é que a resposta exige tempo e não é simples?

Não creio que seja porque estejamos perdendo importância numa ordem internacional em que ganham peso grandes nações, como a Índia ou a China, ou que se “desloca” para longitudes mais a oriente. Nem porque estejam contribuindo para esse declínio, do nosso lado, o inverno demográfico ou a dificuldade de manter um ritmo de crescimento correspondente à ambição do Estado social. Nem ainda porque falem à UE os atributos convencionais dos grandes poderes, na força militar ou na rapidez decisória. A nossa influência internacional nunca se mediu na métrica de megapotência, nem precisou de convocar a vastidão de território ou população. E, se demoramos a formar consensos em política externa, o certo é que eles se mostram sólidos e estáveis.

As razões não de encontrar-se alhures. Primeiro, a UE é bastante penalizada pelo retraimento anglo-saxónico – visível quer nos Estados Unidos, quer no Reino Unido – que afasta de si aliados, enfraquecendo a todos. Sofre também com os fortes ataques desferidos ao multilateralismo e a tentação de substituí-lo pela lógica egoísta do interesse próprio e da confrontação bipolar de soma zero. Ressente-se ainda mais do peso que vai assumindo, nas relações internacionais, a lógica puramente transacional, tão contrária à sua, a lógica para a qual tudo é negociável e os princípios e valores são meros adornos, dispensáveis consoante as ocasiões.

Depois, a UE vem demonstrando uma grande dificuldade em construir, sobre a diversidade das histórias nacionais, uma unidade firme nas orientações essenciais de política externa. É como se essa unidade não tivesse resistido ao alargamento a leste e às diferentes experiências históricas dos países do oeste e do leste, e mesmo do norte e do sul, na relação com a Rússia, a China, África, a América Latina ou os Estados Unidos.

Os comportamentos na crise dos refugiados de 2015 (com a ausência de solidariedade de tantos para com a Grécia, a Itália ou a Alemanha) ou na aprovação do Pacto Global das Migrações (recusada à última da hora por vários Estados-Membros, o que feriu a credibilidade internacional da UE) são infelizmente, mais do que fenómenos circunstanciais, sintomas de uma clivagem cultural profunda.

A UE tem, enfim, exibido uma patente incapacidade de interlocução com aqueles que deveria considerar como parceiros incontornáveis. Que essa incapacidade é recíproca, que provém de animosidades e desconfianças alheias, que resulta também de divergências de fundo quanto aos direitos humanos, ao Estado de direito ou à liberdade económica – tudo isso é real e relativiza a responsabilidade europeia. Mas esta também existe e nenhuma arrogância moral a disfarçará. Se a China progrediu tanto em África, foi porque a Europa abandonou África à China. Não conseguir identificar, na América Latina, mais do que rivalidades ideológicas é miopia grave. Ver na China apenas um regime autoritário e uma potência revisionista, sem perceber o salto tecnológico, o crescimento das classes médias e o dinamismo urbano, é ver grande parte da verdade mas não a verdade toda. Suspender a componente de diálogo político com a Rússia (que não é alternativa mas complementar à defesa e dissuasão), contribuindo para alimentar a ideia de “cerco” tão cara a Putin e ao nacionalismo russo, não ajuda as forças reformistas e modernizadoras desse país. Observar a Índia ou o Sudeste Asiático a partir de estereótipos culturais, diminuindo-os por comparação com um “Ocidente” em larga medida mitificado, é outro erro muitas vezes cometido. E poderia continuar.

Abrir a Europa ao mundo

Sem, por um lado, a plena garantia da aliança transatlântica, isto é, de um relacionamento íntimo com a América do Norte, e sem, por outro lado, maior agilidade na comunicação com os restantes atores globais, em todos os continentes, a Europa corre um risco sério de isolamento. Isso seria trágico para ela – e para o mundo inteiro.

Ora, só há um antídoto, que é a UE abrir-se mais aos outros. Não apenas porque pode servir de modelo e é o mais presente e fiável parceiro nos projetos de desenvolvimento ou nas respostas humanitárias – o que é muito e vastamente positivo. Mas também como interlocutor em todos os demais planos, da economia à política e às trocas

culturais; o que implica protagonismo europeu nas grandes agendas internacionais do clima, das migrações, do comércio regulado e justo, do empoderamento das mulheres, do contínuo da paz, do combate à radicalização e ao extremismo violento.

Persistamos, pois, no muito de bom que fazemos. Veja-se os acordos económicos: mister se faz concluir a ratificação do acordo com o Canadá, pôr em prática o celebrado com o Japão, fechar a negociação com o Mercosul, avançar com a Austrália e a Nova Zelândia, solucionar o caso com os Estados Unidos. Prossigamos também com a Política de Vizinhança. Desenvolvamos as plataformas de cooperação com outras entidades regionais, fugindo ao ritualismo e procurando dar-lhes conteúdo e sentido: com a América Latina e as Caraíbas, com a ASEAN, com a Liga Árabe, entre outros. E dando especial atenção a dois interlocutores-chave. Um é a União Africana e as várias estruturas de integração subregional em África: como aliança económica e parceria para o desenvolvimento, mobilizando ajuda pública, investimento privado e foco na juventude e na educação. O outro é a China, concluindo o Acordo de Investimento e articulando a Nova Rota da Seda com a Estratégia da UE para a Conectividade Euro-Ásia, sem minorizar as relações povo a povo e nunca esquecendo os direitos humanos e o Estado de Direito.

Mas, sobretudo, é necessária uma mudança de atitude: que a Europa não tenha medo dos outros, não se feche em si própria, não se dê ares de superioridade, não reduza o planeta ao canto norte-ocidental e não se resigne ao seu declínio.

Uma Europa mais orientada para o mundo, eis a melhor maneira de projetar a Europa no mundo. Todos ganharemos.

Visão saber, maio de 2019, pp. 14-15.